

Licença de Operação

LO Nº: 324299/2021		VÁLIDA ATÉ: 16/05/2026
PROCESSO Nº: 36843/2011		DATA DE PROTOCOLO: 20/01/2011
<p>A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38 de 21 de Novembro de 1.995 e alterada pela Lei Complementar nº 232 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.</p>		
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO FOLLMANN E TIYODA LTDA		
ATIVIDADE LICENCIADA: Extração e beneficiamento de rocha (basalto)		
LOCALIZAÇÃO: Rodovia BR-364, km-42 + 23 km à direita, zona rural, Coordenadas geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 53:17:06,30 - S: 16:59:08,50		MUNICÍPIO: Alto Araguaia/MT CEP: 78.780-000
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO FOLLMANN E TIYODA LTDA CNPJ/CPF: 09.421.361/0001-86		
ATIVIDADE PRINCIPAL: Extração de basalto e beneficiamento associado		
RESTRIÇÕES: AS CONTIDAS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO E NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. "É OBRIGATÓRIA A MANUTENÇÃO DO PT NO LOCAL DA ATIVIDADE LICENCIADA JUNTAMENTE COM A LICENÇA EMITIDA, BEM COMO A COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES, CASO HAJA. ESTA LICENÇA DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DO TÍTULO AUTORIZATIVO EXPEDIDO PELA ANM. A renovação da licença ambiental deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do setor técnico competente da SEMA. Lei 592/2017.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico nº: 146014 / CMIN / SUIMIS / 2021 - Esta Licença de Operação refere-se às áreas requeridas junto ao DNPM sob os processos Nº 866.736/2007		
LOCAL E DATA Cuiabá 17/05/2021	Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços Valmi Simão de Lima	Coordenador de Mineração Sheila K. J. de Sousa-MAT 130435

Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização

Parecer Técnico RENOVAÇÃO DE LO	
PT Nº: 146014 / CMIN / SUIMIS / 2021	Processo Nº: 36843/2011 Data do Protocolo: 20/01/2011

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

Interessado

- **Nome / Razão Social:** FOLLMANN E TIYODA LTDA
- **CPF/CNPJ:** 09.421.361/0001-86
- **Endereço:** AV BRASÍLIA, 297, BRASILÂNDIA - CEP: 78.000-000
- **Município:** Alto Garças - MT

Propriedade/Obra ou Empreendimento:

- **Denominação:** FOLLMANN E TIYODA LTDA
- **Localização:** Rodovia BR-364, km-42 + 23 km à direita, zona rural, - CEP: 78.780-000
- **Município:** Alto Araguaia - MT
- **Coordenada Geográfica:** DATUM: SIRGAS2000 - W: 53:17:06,30 - S: 16:59:08,50
- **Processo DNPM nº:** 866.736/2007

Responsável Técnico:

- **Nome / Razão Social:** TASSIANO WAGNER DA SILVA AZEVEDO
- **Formação:** Engenheiro de minas - CREA : MTPB003983

Atividades Licenciadas:

- C1410-9/99 - Extração e/ou britamento de pedras e de outros materiais para construção não especificados anteriormente e seu beneficiamento associado

Não foi associado roteiro a este processo.

ANÁLISE TÉCNICA

1. PROJETO PROPOSTO

Trata-se da renovação de LO referente ao processo SEMA nº 36843/2011, em nome de Follmann e Tiyoda Ltda., para realizar a extração e beneficiamento de basalto para produção de agregados para construção civil. A área de lavra é referente ao processo ANM 866.736/2007, com título de Registro de Licença.

2. HISTÓRICO DO PROCESSO

O processo em questão se encontra no terceiro volume, iniciado em 01/06/2020 com a solicitação de renovação de LO através do protocolo nº 204068/2020.

Em 26/11/2020 foi encaminhado o Ofício nº 160423/CMIN/SUIMIS/2020 com pendências.

Em 17/12/2020 foi apresentado o cumprimento do ofício através do protocolo nº 491240/2020.

Em 26/02/2021 foi encaminhado e-mail com pendência em relação ao CAR da propriedade.

Em 04/05/2021 foi apresentada a retificação do CAR da propriedade.

3. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

3.1. CONFERÊNCIA DOCUMENTAL

Os documentos apresentados pelo interessado foram conferidos quanto a sua forma e atendimento ao roteiro orientativo, sendo responsabilidade da requerente e do responsável técnico a autenticidade dos mesmos.

Após análise ao processo de licenciamento, constatou-se que foram apresentados os seguintes documentos: Requerimento Padrão, contrato social, comprovante de endereço, documento dos representantes do empreendimento, procuração, ART, Cadastro Técnico Estadual, autorização do proprietário do solo, matrículas do imóvel, recibo de inscrição do CAR, comprovante de pagamento de taxa, publicação do pedido de licença no DOE e em periódico local, dispensa de cadastro e outorga de água, Autorização de Registro de Licença, processo ANM, RAS, relatório de cumprimento das condicionantes da LO anterior, carta imagem e relatório de cumprimento de pendências.

A documentação apresentada atende o Roteiro para licenciamento junto a SEMA/MT.

3.2. LOCALIZAÇÃO

O empreendimento está localizado na propriedade Fazenda Araguaína (CAR MT64775/2020), no município de Alto Araguaia, sob as coordenadas 16°59'10,09"S/53°17'08,04"W.

3.3. CONCEPÇÃO DO PROJETO

O empreendimento realiza a extração e beneficiamento de basalto para a produção de agregados para a construção civil. O processo é iniciado com o desmonte de rocha feito com explosivos, em seguida, é feito o carregamento dos caminhões que transportam o material até a planta de beneficiamento. Os blocos de dimensões maiores que a capacidade da planta são fragmentados com rompedores hidráulicos. O beneficiamento consiste na cominuição e classificação do material em peneiras, seguido pela estocagem em pilhas de minério.

4. ANÁLISE DO REQUERIMENTO

No relatório apresentado pelo responsável foram descritos os impactos gerados pela extração e beneficiamento de basalto, bem como suas medidas mitigadoras. Considerando que os impactos ambientais gerados pela atividade de extração de rocha já são conhecidos, e com base no projeto apresentado, conclui-se que os impactos ambientais negativos que possam ser gerados pelo empreendimento podem ser mitigados, não sendo prejudiciais ao ambiente, desde que a lavra não avance sobre áreas de mata nativa.

Consta no processo o Auto de Inspeção nº D201311320, de 02/10/2020, em que foi retratado que os sistemas de controle de poluição encontram-se saturados para as atividades realizadas na oficina e na troca de óleo. Desse modo, estes sistemas devem ser verificados periodicamente, para garantir seu funcionamento.

Uma vez que a cava se encontra cercada por vegetação nativa, este parecer não autoriza a

expansão da área de lavra, pois esta depende da LP e LI de ampliação solicitada.

Ressalta-se que o interessado é responsável pelo cumprimento das medidas mitigadoras, de controle de impactos ambientais negativos e pela reabilitação da área degradada.

5. CONCLUSÃO

Com base nas informações fornecidas no projeto, sendo responsabilidade do requerente e do responsável técnico a sua autenticidade.

Considerando as características fisiográficas da área.

Considerando que a atividade não interfere em APP e não causa assoreamento de drenagem.

Considerando o projeto ambiental bem como conhecimento empírico da atividade, conclui-se que o empreendimento, por suas características intrínsecas, não reflete sobremaneira nos aspectos ambientais da região.

Considerando o Decreto do Estado de Mato Grosso 416/2020.

Com base na Lei Complementar nº38/95, artigo 19, § 6º e considerando Artigo 31 § 6º da Lei complementar 592/2017 referente à vistoria técnica prévia e com base na Análise do Projeto Ambiental se conclui que o empreendimento está apto para receber a LO.

Insta salientar que a análise técnica se baseou nas informações apresentadas no projeto, pelo Responsável Técnico, documentadas com ART e que as mesmas são de sua inteira responsabilidade.

Lembrando que o não atendimento das condicionantes, e outras normas ambientais podem acarretar punições previstas na Lei Complementar nº. 38 de 21/11/95, com alterações da Lei Complementar nº. 232 de 21/12/05.

A concessão da licença não exige o empreendimento de eventuais vistorias e exigências a qualquer tempo.

5.1. CONDICIONANTES DE VALIDADE

A validade das licenças ambientais está condicionada ao cumprimento das condicionantes abaixo elencadas, sendo que o descumprimento de qualquer uma delas ensejará sua suspensão ou cancelamento, além das sanções cabíveis.

· Não desenvolver a atividade de extração de basalto em Áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal da propriedade, obedecendo à Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012;

· **Este parecer não autoriza a expansão da área de lavra**, pois esta se encontra cercada por área de vegetação nativa. Sendo assim, a expansão da cava deve ser avaliada no processo de solicitação de LP e LI de ampliação deste empreendimento;

· Cumprir todas as medidas mitigadoras e de controle previstas no RAS;

· Sinalizar e isolar as APP's e áreas de vegetação nativa;

- Tratar os resíduos inertes (quando houver) de acordo com a NBR 10.004/04 da ABNT;
- Dar destino correto ao óleo lubrificante usado e ao material contaminado de acordo com a CONAMA 362/2005;
- Não operar o empreendimento sem título autorizativo expedido pela ANM.

ESTE É O PARECER.

Cuiabá - MT, 17 de maio de 2021